

Ideologia e “prática” na gestão dos monumentos nacionais

Debate Património

Luis Raposo

Ainda quanto aos modelos de gestão de monumentos e museus em Sintra e em Belém, afirma José Maria Lobo de Carvalho (J.M.L.C.) neste jornal (PÚBLICO, 15.4.2016) que as teses por mim também aqui defendidas (PÚBLICO, 23.3.2016) apenas levantam “questões gerais e muitas vezes mais ideológicas do que práticas”. Acrescenta que a minha visão “é muito parcial”, porque “aborda a questão dos custos, mas esquece a questão das receitas”. Com o respeito devido, que é muito, e tendo até em conta que estamos muito mais de acordo do que o meu ilustre contendor porventura imaginará, permito-me discordar dele nestes dois pontos.

Primeiramente quanto à ideologia: não existe nada de mais ideológico do que celebrar desempenho gestório que praticamente exclua da visita a museus os cidadãos portugueses – o que J.M.L.C. também reconhece acontecer em Sintra, sob gestão dos Parques de Sintra-Monte da Lua (PSML). Sim, defendo uma ideologia de apropriação cidadã dos monumentos e museus nacionais. E tal como em ciência não existe nada mais prático do que uma boa teoria, também em política se dirá o mesmo relativamente a uma boa ideologia.

Depois quanto a custos e receitas. Comparem-se os gastos em que uma família de dois adultos e duas crianças pequenas (de seis e nove anos, por exemplo, que nos PSML já pagam quase como adultos) tem de incorrer para visitar os monumentos e museus em Sintra e em Belém/Ajuda, num país em que quase 80% das famílias declaram em sede de IRS possuírem rendimentos mensais inferiores a mil euros (e isto já sem falar em trabalhadouros não activo com salário mínimo ou contratados a prazo e pensionistas): cerca ou mais de 20% do seu rendimento mensal no primeiro caso; muito menos de 5%, no segundo. Eis aqui a diferença entre ideologia e “prática”. Custos? Seguramente existem e constituem um problema que muito ganhará em ser abordado numa óptica de diversificação de receitas, embora os impostos que pagamos, usados para manter a ordem das ruas, possam talvez também servir, se não for pedir demais, para promover o acesso à nossa memória monumental colectiva, acumulada em séculos e milénios sem que fosse por sabê-la bem vender a turistas – mas “apenas” porque a consideram os para nós necessária e, em bastos casos, nos mobilizámos em sua defesa.

E depois, que novo e virtuoso modelo de gestão é esse que só se aplica a ilhas de abundância e assegura o êxito pelo esmifrar

“Sou contra o uso privado das receitas geradas nas tais ‘ilhas de abundância’. E sou contra qualquer política de património que não seja centrada na promoção da cidadania



novo modelo societário.

Quer isto dizer que está tudo bem? Ou até que eu entendo que só os serviços centrais do aparelho de Estado podem gerir museus e monumentos nacionais? Nada disso. Mas, sim, sou contra o uso privado das receitas geradas nas tais “ilhas de abundância” (mesmo quanto tal uso é feito por sociedades de capitais públicos). E sobretudo sou contra qualquer política de património que não seja centrada na promoção da cidadania. Estarei a pedir a Lua? Não creio e dou uma sugestão de possível aplicação imediata: a inclusão dos monumentos e museus nacionais no âmbito do chamado “Cartão + Cultura” previsto no programa do actual Governo, alargando os critérios da sua atribuição, seja em matéria de base de incidência (que poderia ser calculada a partir dos rendimentos declarados em sede de IRS), seja em termos de entidades adutoras (que poderiam ser os museus ou monumentos, na primeira visita que lhes fosse feita, ou as autarquias locais ou até as repartições de finanças).

Como sempre, o problema não está na “prática”, entendida aqui como o virtuosismo ou modernidade da gestão. Está na ideologia. E neste sentido existe um amplo caminho à nossa frente. Falta apenas vontade de o percorrer. Vontade sobretudo política, porque depois os técnicos, mormente os gestores, se lhe acomodam bem, sendo capazes da inventiva que os caracteriza.

Arqueólogo

Entradas em monumentos de Sintra e Belém-Ajuda

Valores em euros (dois adultos e duas crianças de 6 e 9 anos)

Monumentos e palácios de Sintra (PSLM)

	normal	família
Abegoarria e Qta. da Pena	28	28
Castelo dos Mouros	29	26
Chafiz Condessa d'Edla	36	32
Convento dos Capuchos	25	22
Palácio Monserrate	29	26
Palácio Nac. de Sintra	37	33
Palácio Nac. de Queluz	37	33
Palácio da Pena	53	49
Total	274	249

Combinando todos os monumentos e palácios

189 160

Museus, monumentos e palácios de Belém-Ajuda (DGPC)

	normal	família
Mosteiro dos Jerónimos	20	10
Museu Nac. de Arte Antiga	12	6
Museu de Arte Popular	5	2,5
M. Nac. de Arqueologia	10	5
M. Nac. dos Coches (novel) *	6	3
Picadeiro Real *	4	2
Museu Nac. de Etnologia	6	3
Palácio Nac. da Ajuda	10	5
Torre de Belém	12	6
Total	85	42,5

Combinando todos os monumentos e palácios

50 25

* Bilhete conjunto: 8

Fontes: portais informativos das instituições



DANIEL SOARES